

ANÁLISE DA CONJUNTURA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL¹

1 ASPECTOS GERAIS

Este texto tem como objetivo apresentar e discutir as informações recentes sobre a conjuntura do mercado de trabalho brasileiro até o quarto trimestre de 2024. Para isso, foram analisados diversos indicadores construídos a partir de duas fontes de dados de abrangência nacional: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada trimestralmente, e o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os recortes temporais adotados para os indicadores de mercado de trabalho variam de acordo com as características de suas trajetórias e sua relevância para a identificação de fenômenos no mercado de trabalho brasileiro. Para evitar influências sazonais, foram priorizadas as comparações interanuais (isto é, em relação ao mesmo período do ano anterior) para os indicadores analisados ao longo das seções.

O texto está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na seção dois, são apresentadas informações sobre variações nos indicadores de ocupação e participação da força de trabalho no Brasil. Na seção três, são analisados os dados de desocupação no agregado nacional e em diversos recortes populacionais, além de outras informações como subocupação por insuficiência de horas e desocupação por desalento. Na seção quatro, a discussão se volta para o nível setorial, examinando as condições de ocupação nos principais setores de atividade da economia brasileira. Na seção cinco, são fornecidos dados sobre o rendimento médio do trabalho no país, abrangendo domicílios, setores e características populacionais, além de variações na massa de rendimentos nacional. Por fim, na seção seis, fazem-se algumas considerações sobre as principais questões discutidas.

2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A figura 1 sintetiza os principais indicadores agregados do mercado de trabalho para o quarto trimestre de 2024, segundo os dados da PNAD Contínua.

De acordo com os dados, o mercado de trabalho brasileiro manteve um bom desempenho no quarto trimestre de 2024. A força de trabalho² totalizou 110,6 milhões de pessoas, representando um aumento de 1,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Já a população ocupada, principal indicador estrutural do mercado de trabalho, somou 103,8

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt79/analisedemercado>

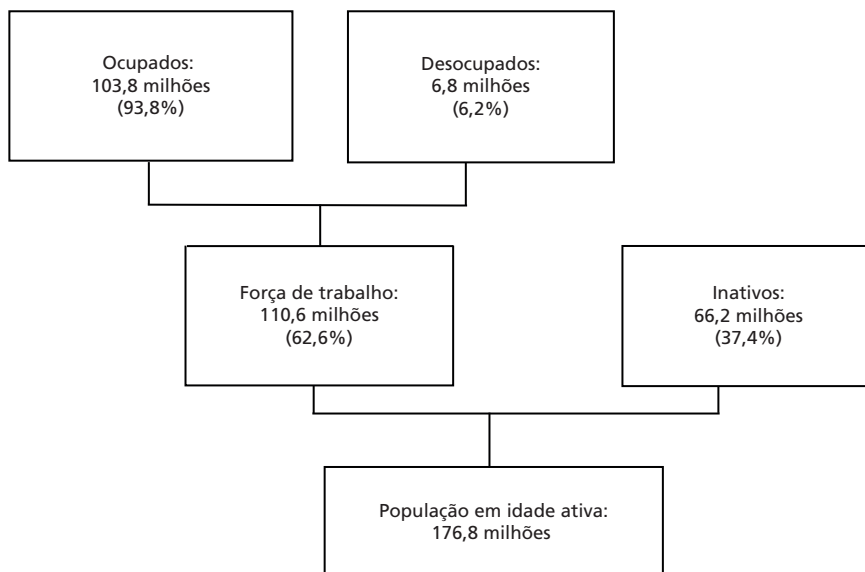
2. Total de pessoas acima de 14 anos que estão empregadas ou procurando emprego; isto é, a população economicamente ativa (PEA).

milhões de trabalhadores, o que corresponde a 93,8% da força de trabalho e a um crescimento de 2,8% na mesma base de comparação, ou 2,8 milhões de novos ocupados no país.

Ambos os indicadores – força de trabalho e população ocupada – atingiram os maiores patamares já registrados na série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012.

FIGURA 1

Dimensão das categorias analíticas do mercado de trabalho – Brasil (4º trim. 2024)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

O gráfico 1 mostra a evolução, entre o primeiro trimestre de 2019 e o quarto trimestre de 2024, da parcela de ocupados na população em idade ativa (taxa de ocupação) e da parcela da força de trabalho nessa mesma população (taxa de participação). Nesse gráfico podemos notar que a taxa de ocupação se mantém numa tendência ascendente desde 2021. Para o quarto trimestre de 2024, a parcela de ocupados corresponde a 58,7% da população em idade ativa.

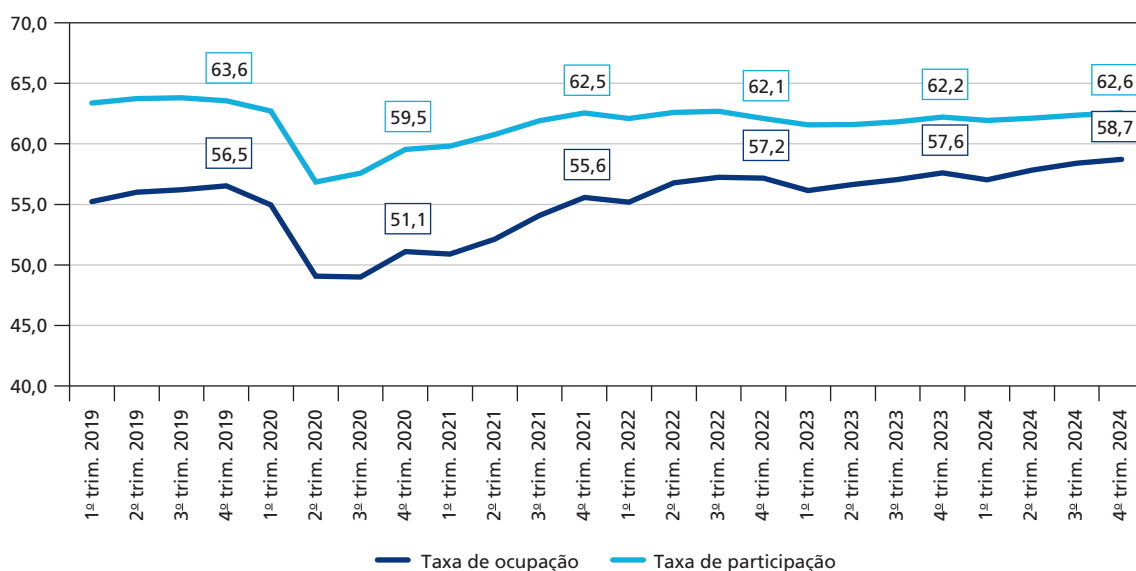
A taxa de participação também mantém uma tendência de crescimento, registrando 62,6% no último trimestre de 2024, o que corresponde a um aumento de 0,4 ponto percentual (p.p.) em comparação ao mesmo trimestre de 2023. Apesar disso, o patamar atual ainda está 1,0 p.p. abaixo daquele registrado no quarto trimestre de 2019 (63,6%), período imediatamente pré-pandemia.

Em relação às pessoas fora da força de trabalho (inativas), houve uma redução de apenas 116 mil pessoas no quarto trimestre de 2024, equivalente a -0,2% em relação ao mesmo trimestre de 2023, fazendo com que o contingente de inativos atingisse 66,2 milhões de pessoas. Essa estabilização persiste desde 2022, levantando questionamentos sobre por que esse indicador não se recuperou no pós-pandemia, ao contrário dos demais.

Para entender melhor esse fenômeno, recomendamos a leitura, nesta edição do boletim, da nota técnica de Fernandes, Padilha e Foguel (2025), que investiga em quais grupos a queda da participação foi mais intensa. A análise mostra que a redução observada decorreu principalmente da queda na participação de grupos mais vulneráveis, como mulheres e indivíduos de baixa e média escolaridade, e que essa queda não pode ser inteiramente explicada por tendências de longo prazo – ou seja, boa parte do declínio é resultado de uma mudança de padrão no período pós-pandemia. Por outro lado, indivíduos com ensino superior tiveram quedas menores ou até aumentos na participação, reforçando um padrão já observado em Foguel, Fernandes e Padilha (2024), nota técnica da edição anterior desta publicação (Ipea, 2024).

GRÁFICO 1

Taxa de ocupação e taxa de participação no mercado de trabalho (1º trim. 2019-4º trim. 2024)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Retornando à análise da ocupação, a tabela 1 desagrega os dados por condição na ocupação, apresentando o número absoluto de trabalhadores, o percentual de cada categoria na composição total e a variação interanual. A tabela abrange os quartos trimestres de 2019 a 2023, além de todos os trimestres de 2024, permitindo uma análise detalhada das tendências recentes.

Os dados mostram que todas as posições na ocupação tiveram crescimento no quarto trimestre de 2024, com destaque para os trabalhadores sem carteira (3,3%) e com carteira (3,3%), ambos superando o crescimento da população ocupada como um todo (2,8%). Os empregadores e os militares e estatutários também apresentaram um crescimento significativo (3,0% e 2,8%, respectivamente), embora representem uma parcela bem menor do total de ocupados.

Esses dados indicam um cenário de dinamismo no mercado de trabalho, mas chamam atenção para o crescimento significativo da informalidade, que acompanhou o ritmo da formalidade.

A participação dos trabalhadores com carteira continua sendo a maior entre os ocupados, registrando 40,6% no quarto trimestre de 2024; seguida pelos trabalhadores na posição de conta própria, que correspondem a 25,1% dos ocupados no mesmo período. No entanto, cabe destacar que o patamar de ocupados com carteira permanece abaixo do observado em períodos de melhor desempenho econômico.³ Por outro lado, no quarto trimestre de 2024 registrou-se pela primeira vez um contingente de empregados formais (assalariados com carteira, militares e estatutários) superior a 50 milhões de trabalhadores.

TABELA 1

População ocupada por posição na ocupação: valores absolutos, participação no total e taxas de variação interanual (4º trim. 2019-4º trim. 2024)

	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira)	Militares e estatutários	Conta própria	Empregador	Total
Taxa de variação interanual (%)						
4º trim. 2019	2,0	2,2	0,4	3,5	-1,3	-
4º trim. 2020	-10,3	-13,9	6,3	-5,7	-12,4	-
4º trim. 2021	9,5	15,8	-7,4	13,1	0,7	-
4º trim. 2022	7,0	4,7	1,8	-1,8	9,7	-
4º trim. 2023	2,8	2,1	-0,9	0,6	-0,6	-
1º trim. 2024	3,3	3,9	0,7	0,8	-0,7	-
2º trim. 2024	4,3	2,7	2,0	1,3	3,0	-
3º trim. 2024	4,2	6,1	2,0	-0,3	2,1	-
4º trim. 2024	3,3	3,3	2,8	1,6	3,0	-
Participação no total (%)						
4º trim. 2019	39,6	22,2	8,1	25,5	4,6	100,0
4º trim. 2020	38,9	20,9	9,4	26,3	4,4	100,0
4º trim. 2021	38,8	22,1	7,9	27,1	4,0	100,0
4º trim. 2022	40,0	22,3	7,8	25,6	4,3	100,0
4º trim. 2023	40,5	22,4	7,6	25,4	4,2	100,0
1º trim. 2024	40,8	22,1	7,7	25,4	4,1	100,0
2º trim. 2024	40,6	22,4	7,7	25,1	4,2	100,0
3º trim. 2024	40,6	22,9	7,6	24,6	4,2	100,0
4º trim. 2024	40,6	22,5	7,6	25,1	4,2	100,0

(Continua)

3. Entre 2012 e 2016, a participação relativa média dos trabalhadores assalariados com carteira era de 43,2% pelos dados da PNAD Contínua.

(Continuação)

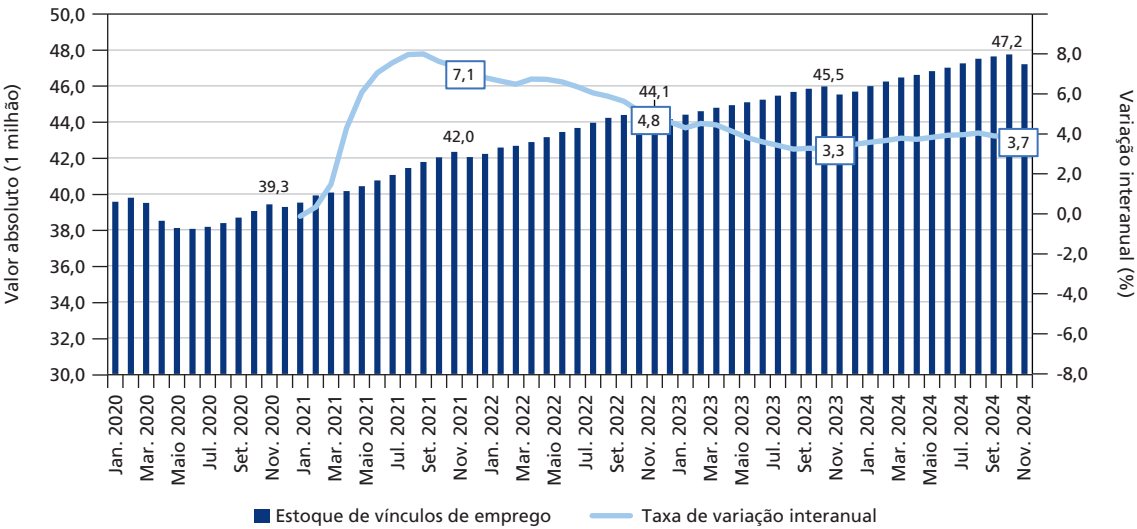
	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira)	Militares e estatutários	Conta própria	Empregador	Total
Valores absolutos (1 milhão de pessoas)						
4º trim. 2019	37,9	21,2	7,7	24,3	4,4	95,5
4º trim. 2020	34,0	18,3	8,2	22,9	3,8	87,2
4º trim. 2021	37,2	21,1	7,6	25,9	3,9	95,7
4º trim. 2022	39,8	22,1	7,7	25,5	4,2	99,4
4º trim. 2023	40,9	22,6	7,7	25,6	4,2	101,0
1º trim. 2024	40,8	22,1	7,7	25,4	4,1	100,2
2º trim. 2024	41,4	22,8	7,8	25,5	4,3	101,8
3º trim. 2024	41,9	23,6	7,9	25,4	4,3	103,0
4º trim. 2024	42,2	23,4	7,9	26,0	4,3	103,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

O crescimento da ocupação formal também foi registrado pelos dados do Novo Caged. Em dezembro de 2024, no acumulado de doze meses, a economia brasileira gerou aproximadamente 1,7 milhão de empregos com carteira assinada. Com isso, o número de trabalhadores formais atingiu 47,2 milhões, representando um crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior, conforme mostrado no gráfico 2.⁴

GRÁFICO 2
Novo Caged: estoque de empregos formais – médias mensais (jan. 2020-dez. 2024)



Fonte: Novo Caged/MTE. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged>.
Elaboração dos autores.

4. Para um retrato mais detalhado do mercado de trabalho, por meio do exame da evolução das transições entre diferentes posições na ocupação dos indivíduos, ver Lameiras, Fernandes e Padilha (2025).

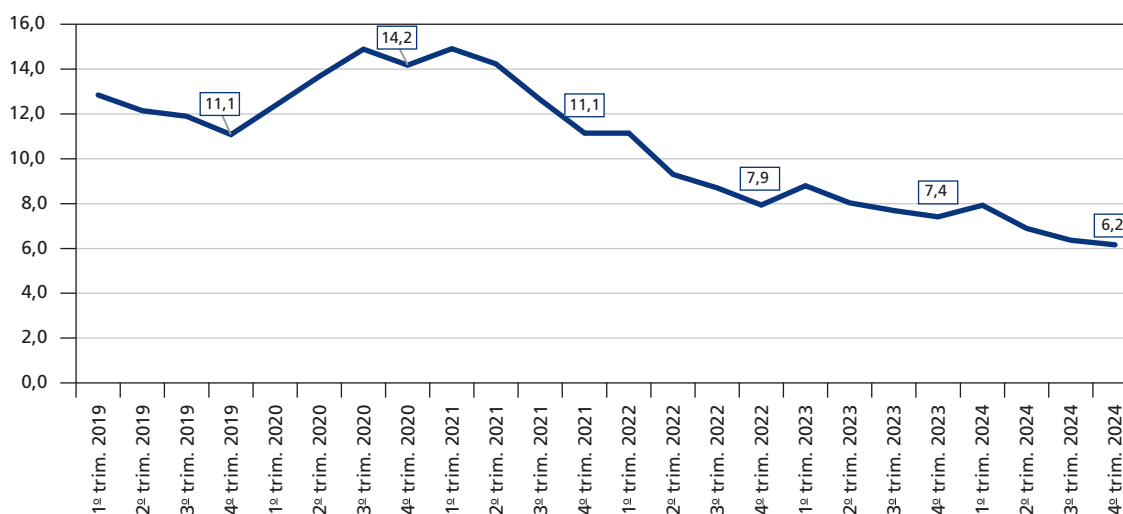
3 ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO

O gráfico 3 mostra a evolução da taxa de desocupação entre 2019 e 2024. No quarto trimestre de 2024, a taxa de desocupação atingiu 6,2%, representando uma queda de 1,2 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e alcançando o menor patamar já registrado na série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012. Essa tendência de queda é confirmada tanto pela média móvel mensal quanto pelos dados dessazonalizados apresentados por Lameiras e Hecksher (2025).⁵ Em números absolutos, o país registrou 6,8 milhões de pessoas em situação de desemprego involuntário no quarto trimestre de 2024 – um contingente ainda expressivo, mas o menor número desde o quarto trimestre de 2014, quando havia 6,6 milhões de pessoas nessa condição.

GRÁFICO 3

Taxa de desocupação da força de trabalho (1º trim. 2019-4º trim. 2024)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Outras dimensões importantes para compreender a subutilização da força de trabalho incluem os indicadores da parcela da força de trabalho em situação de subocupação por insuficiência de horas⁶ e a parcela de pessoas em idade ativa em situação de desalento.⁷ O gráfico 4 ilustra a evolução recente desses indicadores.

5. Em dezembro de 2024, a taxa de desocupação caiu 1,1 p.p. na comparação com o mesmo período de 2023, recuando de 7,2% para 6,1%. Já na série livre de sazonalidade, a taxa foi de 6,3%, registrando uma queda de 0,3 p.p. em comparação a novembro – 6,6% (Lameiras e Hecksher, 2025).

6. Segundo o IBGE, o conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas se refere à população que está trabalhando menos de 40 horas semanais, mas que tem disponibilidade e gostaria de trabalhar mais.

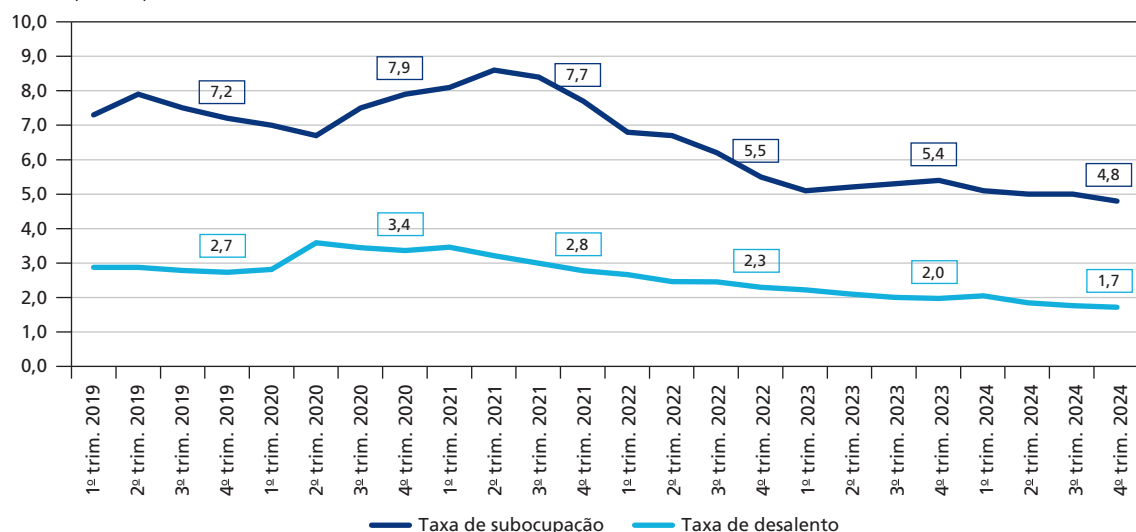
7. Partindo dos critérios estabelecidos pelo IBGE, o indivíduo é considerado desalentado se estava fora da força de trabalho e gostaria de trabalhar, mas não buscou emprego na semana de referência por uma das seguintes razões: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) era considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

A taxa de subocupação apresentou uma trajetória de queda desde o segundo trimestre de 2021 até o primeiro trimestre de 2023. Nos trimestres mais recentes, no entanto, o ritmo de queda diminuiu, com a taxa sofrendo pequenas oscilações para cima ou para baixo de 0,1 ou 0,2 p.p. No quarto trimestre de 2024, a taxa registrou uma queda de 0,2 p.p. em relação ao trimestre anterior e de 0,6 p.p. em comparação ao mesmo período de 2023, atingindo 4,8% – o menor valor desde o primeiro trimestre de 2016 (4,6%). Ainda assim, o país conta com 4,9 milhões de pessoas em condição de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas.

Já a taxa de desalento está em queda contínua desde o segundo trimestre de 2021. No quarto trimestre de 2024, a taxa atingiu 1,7%, registrando uma queda de 0,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2023, mas mantendo-se estável (apenas -0,1 p.p. de queda) em comparação ao trimestre anterior. Em números absolutos, cerca de 3,0 milhões de indivíduos ainda estão fora da força de trabalho devido ao desalento.

GRÁFICO 4

Taxa de subocupação por insuficiência de horas e de desalento (1º trim. 2019-4º trim. 2024)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

O gráfico 5 mostra a distribuição dos desempregados conforme o tempo de espera para os indivíduos deixarem essa condição. Conforme ilustrado no gráfico, no quarto trimestre de 2024, 20,1% da população desocupada esperava dois anos ou mais para deixar essa condição. Esse indicador vem registrando queda desde o terceiro trimestre de 2022, quando 27,2% dos desempregados estavam nessa situação há pelo menos dois anos. No entanto, o ritmo de queda diminuiu nos últimos trimestres: enquanto em 2023 a redução era da ordem de 3 a 6 p.p., em 2024 foi de cerca de 1 p.p. No quarto trimestre de 2024, porém, o indicador voltou a cair com mais intensidade (-2,2 p.p.) em relação ao mesmo período de 2023.

Ainda assim, o país tem 1,4 milhão de pessoas nessa situação, o que aponta para um desafio significativo na redução da desocupação, pois essa condição pode resultar na perda de capital humano, que pode ser potencializada com o avanço de novas tecnologias no mercado de trabalho. Consequentemente, quanto mais longo o período de desocupação de um indivíduo, maiores tendem a ser as dificuldades de reintegração.

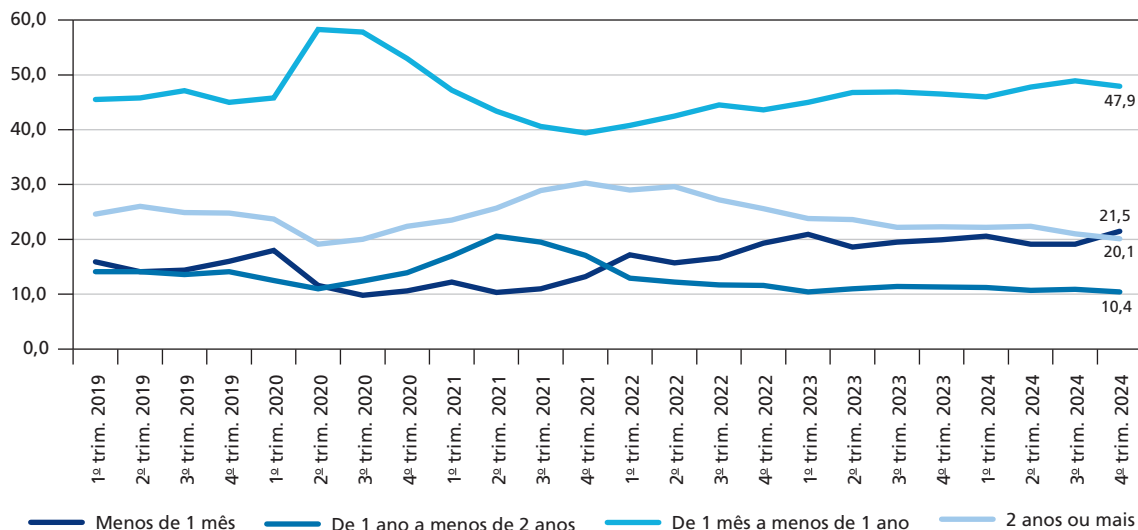
A queda observada na parcela de desempregados há pelo menos dois anos reflete o fato de que tem sido cada vez mais frequente os trabalhadores esperarem menos de dois anos para deixar a condição de desempregado.⁸ O gráfico 5 mostra um aumento na parcela de desempregados que permanecem menos de um mês e na daqueles que ficam de um mês a um ano nessa condição. No quarto trimestre de 2024, 21,5% da população desocupada esperava emprego há menos de um mês, e 47,9% esperava há mais de um mês e menos de um ano. Esses valores representam um aumento em relação ao mesmo trimestre de 2023 (19,9% e 46,5%, respectivamente) e de 2022 (19,3% e 43,6%).

Já o grupo que espera conseguir um emprego há um ano a dois anos também registrou uma redução na participação do total de desocupados, mas em um ritmo mais lento em comparação ao grupo que espera há dois anos ou mais.

GRÁFICO 5

Composição da desocupação por tempo de espera (1º trim. 2019-4º trim. 2024)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

8. Esse aumento na parcela de trabalhadores desempregados há menos tempo significa que menos desses trabalhadores permanecerão desempregados a ponto de se tornarem desempregados de longo prazo.

Adicionalmente, a tabela 2 apresenta uma síntese da desocupação no Brasil, desagregada por diferentes grupos populacionais e com dados dos trimestres mais recentes. Os números da PNAD Contínua reforçam as tendências positivas no mercado de trabalho, mostrando que, no quarto trimestre de 2024, todos os grupos analisados registraram quedas nas taxas de desemprego em relação ao mesmo período de 2023.

Em termos regionais, todas as regiões apresentaram quedas no desemprego superiores a 0,8 p.p. Os destaques ficaram por conta da região Sudeste, que apresentou uma queda de 1,2 p.p., e principalmente da região Nordeste, que teve queda de 1,8 p.p. – justamente a região com a maior taxa de desocupação do país (8,6%), valor comparável aos observados em 2014.

A análise por gênero revela que as quedas nas taxas de desemprego foram significativas para ambos os sexos, mas especialmente para as mulheres, cuja taxa caiu 1,6 p.p., passando de 9,2% para 7,6%. Para os homens, a queda foi de 0,9 p.p., de 6,0% para 5,1%. Apesar das melhorias, a desigualdade de gênero persiste, com a taxa de desocupação entre os homens sendo aproximadamente dois terços da taxa entre as mulheres.

Assim como no gênero, no aspecto racial houve um movimento em direção à redução das desigualdades. A taxa de desemprego entre brancos e amarelos caiu 1,0 p.p. (de 5,9% para 4,9%), enquanto para pretos, pardos e indígenas a queda foi ainda mais expressiva, de 1,5 p.p. (de 8,6% para 7,1%). Embora a diferença tenha diminuído, a taxa de desocupação de pretos, pardos e indígenas é cerca de 45% maior do que a observada entre brancos e amarelos, evidenciando a persistência da desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro.

Por faixa etária, o desemprego caiu de maneira mais significativa entre os grupos mais jovens. O grupo de 18 a 24 anos, que possui a maior taxa de desemprego entre as faixas etárias (12,9%), apresentou uma queda de 2,4 p.p. no quarto trimestre de 2024, em comparação ao mesmo período de 2023. O grupo de 25 a 39 anos (5,8%) também foi destaque, com queda de 1,1 p.p. na variação anual.

Em termos de escolaridade, todos os grupos, exceto aqueles com ensino superior completo ou mais, apresentaram quedas substanciais no desemprego, com reduções superiores a 1,0 p.p. O grupo com ensino médio incompleto, que registra a maior taxa de desemprego dentre os recortes educacionais (10,3%), foi o que apresentou a maior queda, de 2,7 p.p. O grupo fundamental completo, o segundo com a maior taxa de desemprego (7,4%), apresentou a segunda maior queda, de 1,9 p.p.

Tanto as regiões metropolitanas quanto as não metropolitanas registraram expressivas quedas na taxa de desocupação, mas a redução foi mais acentuada nas regiões metropolitanas, onde a taxa caiu 1,6 p.p., enquanto nas regiões não metropolitanas a queda foi de 1,0 p.p. No âmbito domiciliar, a redução foi ligeiramente maior entre os não chefes de família (-1,3 p.p.) em comparação aos chefes de família (-1,1 p.p.). Esses movimentos contribuíram para a redução das desigualdades intragrupos, uma vez que os grupos que mais caíram apresentam as maiores taxas de desemprego dentro dos recortes.

TABELA 2

Taxa de desocupação desagregada (1º trim. 2022-4º trim. 2024)

(Em %)

	2022				2023				2024			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Brasil	11,1	9,3	8,7	7,9	8,8	8,0	7,7	7,4	7,9	6,9	6,4	6,2
Centro-Oeste	8,5	7,0	6,5	6,2	7,0	5,7	5,5	5,8	6,1	5,4	4,9	5,0
Nordeste	14,9	12,7	12,0	10,9	12,2	11,3	10,8	10,4	11,1	9,4	8,7	8,6
Norte	11,7	8,9	8,2	8,1	9,1	8,1	7,7	7,7	8,2	6,9	6,6	6,9
Sudeste	11,1	9,3	8,7	7,9	8,6	7,9	7,5	7,1	7,6	6,6	6,2	5,9
Sul	6,5	5,6	5,2	4,5	5,0	4,7	4,6	4,5	4,9	4,7	4,1	3,6
Masculino	9,1	7,5	6,9	6,5	7,2	6,9	6,4	6,0	6,5	5,6	5,3	5,1
Feminino	13,7	11,6	11,0	9,8	10,8	9,6	9,3	9,2	9,8	8,6	7,7	7,6
Branços e amarelos	8,9	7,3	6,8	6,2	6,8	6,2	6,0	5,9	6,2	5,5	5,0	4,9
Pretos, pardos e indígenas	12,9	10,9	10,2	9,4	10,4	9,5	9,1	8,6	9,2	8,0	7,4	7,1
De 18 a 24 anos	22,8	19,3	18,0	16,4	18,0	16,6	16,0	15,3	16,8	14,3	13,4	12,9
De 25 a 39 anos	10,2	8,3	7,8	7,1	8,2	7,4	7,0	6,9	7,3	6,3	5,9	5,8
De 40 a 59 anos	7,1	6,0	5,6	5,3	5,6	5,3	5,1	4,9	5,2	4,6	4,1	4,0
60 anos ou mais	4,3	4,0	3,7	3,4	3,9	3,4	3,2	3,5	3,2	3,1	3,0	3,0
Até fundamental incompleto	10,8	8,9	8,7	8,3	8,5	7,8	7,6	7,7	7,6	6,7	6,2	6,4
Fundamental completo	12,2	10,4	10,1	9,3	10,1	9,6	9,9	9,3	9,2	8,2	8,0	7,4
Médio incompleto	18,3	15,3	15,3	13,9	15,2	13,6	13,5	13,0	13,9	11,5	10,8	10,3
Médio completo	12,7	10,6	9,7	8,5	9,9	9,2	8,6	8,0	8,9	7,8	7,1	6,8
Superior ou mais	7,1	5,9	5,3	4,9	5,6	4,9	4,6	4,5	5,2	4,4	4,1	3,9
Região metropolitana	13,1	11,1	10,4	9,6	10,2	9,8	9,3	8,7	9,2	8,4	7,6	7,1
Região não metropolitana	9,6	7,9	7,4	6,7	7,7	6,6	6,4	6,4	6,9	5,7	5,4	5,4
Chefe de família	8,2	6,9	6,7	6,0	6,7	6,2	6,1	5,9	6,3	5,4	4,9	4,8
Não chefe de família	13,5	11,2	10,3	9,5	10,5	9,5	9,1	8,7	9,3	8,2	7,7	7,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

4 EMPREGO SETORIAL

Esta seção traz informações a respeito da taxa de crescimento interanual do emprego por setor de atividade econômica, a partir dos dados extraídos da PNAD Contínua. Como será possível notar, a melhora da ocupação no Brasil vem ocorrendo na ampla maioria dos setores de atividade.

A tabela 3 apresenta os números referentes à composição setorial da população ocupada nacional, segundo critérios de agregação da PNAD Contínua, para os quartos trimestres dos últimos três anos, o que permite verificar sua evolução recente.

Conforme os dados demonstram, o setor de comércio segue com a maior participação percentual sobre o total das ocupações, a saber, 18,9%, estável em relação à sua participação no ano anterior. Ou seja, algo próximo a um em cada cinco trabalhadores brasileiros está ocupado em atividades de comércio, o que indica a relevância desse setor para o agregado das ocupações no país. A participação no emprego da indústria de transformação, de grande relevância para a dinâmica econômica nacional, fechou o quarto trimestre de 2024 sem qualquer variação em relação ao mesmo período do ano anterior, se mantendo em 11,5%.

Em termos absolutos, o setor de comércio também liderou a criação de empregos nos últimos doze meses, adicionando aproximadamente 543 mil trabalhadores entre os quartos trimestres de 2023 e 2024. Na sequência, o setor de saúde e educação registrou aumento da ocupação em aproximadamente 461 mil pessoas no mesmo período; seguido pelo setor de informática, serviços financeiros e serviços prestados a empresas.

O setor da agropecuária, após ter registrado 8,5% do total da ocupação no país em 2022, encerrou o quarto trimestre de 2024 com 7,5% e variação interanual negativa de 186 mil postos de trabalho. O setor de serviços domésticos, por sua vez, teve variação negativa de 109 mil postos de trabalho. Esses foram os únicos setores com queda na ocupação em termos absolutos.

TABELA 3
Composição da população ocupada por setor de atividade (4º trim. 2022-4º trim. 2024)

	Total da população ocupada por setor (1 milhão de pessoas)			Participação relativa de cada setor sobre o total (%)		
	4º trim. 2022	4º trim. 2023	4º trim. 2024	4º trim. 2022	4º trim. 2023	4º trim. 2024
Agropecuária	8,5	8,0	7,8	8,5	7,9	7,5
Indústria extrativa	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6
Indústria de transformação	11,6	11,6	12,0	11,6	11,5	11,5
Serviços industriais de utilidade pública	0,7	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8
Construção civil	7,4	7,4	7,9	7,4	7,4	7,6
Comércio	19,2	19,1	19,7	19,3	18,9	18,9
Informática, finanças, serviços a empresas	11,9	12,6	13,0	12,0	12,5	12,6
Transporte	5,3	5,7	6,0	5,4	5,6	5,8
Serviços pessoais	5,4	5,5	5,6	5,4	5,5	5,4
Administração pública	5,2	5,0	5,2	5,2	5,0	5,1
Saúde e educação	12,4	13,0	13,5	12,5	12,9	13,0
Alojamento e alimentação	5,3	5,5	5,7	5,4	5,5	5,5
Serviços domésticos	5,9	6,1	6,0	5,9	6,0	5,8
Total	99,4	100,9	103,8	100	100	100

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

A tabela 4 traz mais detalhes sobre a evolução da população ocupada em cada um dos setores agregados, reportando as respectivas taxas de variação interanuais. A última coluna da tabela mostra que a evolução positiva do emprego entre o quarto trimestre de 2024 e o quarto

trimestre de 2023 predomina entre os diversos setores da economia: dos treze segmentos analisados, onze registraram melhora no emprego no quarto trimestre de 2024 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, apenas quatro desses setores apresentaram taxas interanuais de crescimento da ocupação iguais ou superiores às registradas no trimestre anterior, indicando desaceleração no ritmo de crescimento dessas taxas. Entre os destaques, o setor de alojamento e alimentação passou de uma variação nula no terceiro trimestre para um crescimento de 4,2% no quarto trimestre de 2024. Já a construção civil registrou a maior alta entre os setores analisados, com crescimento de 5,6%, um avanço significativo em relação aos 3,9% do período anterior.

A ocupação na agropecuária registrou um decréscimo de -2,3% no quarto trimestre de 2024, a menor taxa interanual de crescimento entre os setores analisados. Além disso, este setor registrou a décima primeira taxa interanual de crescimento negativa da população ocupada consecutiva, conforme evidenciado na tabela 4.⁹ O setor de serviços domésticos foi o único outro setor que observou crescimento negativo na comparação interanual, com decréscimo de -1,8%.

TABELA 4

População ocupada por setores de atividade econômica: variação interanual
(1º trim. 2022-4º trim. 2024)
(Em %)

	2022				2023				2024			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Agropecuária	2,5	-0,7	-3,6	-4,4	-5,2	-5,0	-3,8	-5,9	-3,5	-4,1	-4,7	-2,3
Indústria extrativa	9,8	18,0	13,0	16,3	8,4	2,5	13,0	6,9	13,3	4,8	4,5	4,1
Indústria de transformação	8,2	9,6	3,6	3,1	2,1	0,5	-1,5	0,6	2,0	1,4	5,3	3,2
Serviços industriais de utilidade pública (Siup)	6,5	15,6	4,8	-1,1	-2,0	-2,5	9,0	3,9	3,1	-2,1	3,8	2,9
Construção civil	12,7	11,2	2,7	-1,3	-0,8	-4,6	-2,4	1,0	3,0	4,9	3,9	5,6
Comércio	12,2	14,2	7,8	4,0	3,0	-0,8	-1,5	-0,3	0,5	2,4	3,2	2,8
Informática, financeira, serviços a empresas	4,0	5,1	6,9	4,4	6,0	3,0	5,2	5,4	5,5	7,5	5,1	3,7
Transporte	10,4	10,0	9,2	10,0	7,9	4,3	4,3	6,7	6,0	7,5	4,6	5,2
Serviços pessoais	19,5	18,7	24,0	9,8	4,3	2,7	-4,4	2,2	4,5	5,7	8,4	1,9
Administração pública	2,6	1,8	8,8	3,7	1,5	1,7	-3,6	-2,9	0,7	0,7	3,5	4,6
Saúde e educação	1,5	7,2	8,5	8,9	6,5	5,9	7,2	4,9	4,2	5,1	3,6	3,5
Alojamento e alimentação	32,5	23,1	8,5	3,5	1,8	1,0	3,9	3,3	1,7	0,3	0,0	4,2
Serviços domésticos	19,4	18,7	9,6	2,1	1,2	-0,3	-1,3	3,5	3,5	0,1	1,4	-1,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

9. Para saber mais sobre a trajetória recente do emprego no setor agropecuário – em especial sua contribuição para o comportamento da taxa de não emprego entre 2012 e 2023 –, recomendamos a leitura da nota técnica de Reis *et al.* (2025), nesta edição do boletim.

É importante destacar que na maioria dos setores analisados o crescimento anual da ocupação no quarto trimestre de 2024 é dominado pela dinâmica do trabalho informal; seja via emprego sem carteira assinada ou ocupações por conta própria. A tabela 5 mostra que – com exceção dos setores de Siup, alojamento e alimentação, e serviços domésticos – a taxa de crescimento anual do emprego com carteira é superada pela taxa de crescimento anual ou do emprego sem carteira assinada ou das ocupações por conta própria para todos os demais setores.

A diferença na intensidade do crescimento do emprego sem carteira em relação ao com carteira é particularmente marcante em alguns setores importantes. Na indústria de transformação, os valores foram de 11,2% para o emprego sem carteira e 3,2% para o com carteira. A construção civil registrou aumentos de 11% para o emprego sem carteira e 6,9% para o com carteira, enquanto o setor de comércio apresentou variações de 4,4% e 3,6%, respectivamente.

Esses dados chamam atenção para o maior dinamismo do emprego informal, inclusive em setores que tradicionalmente apresentam maior formalização, como a indústria de transformação.

TABELA 5
População ocupada por setores e posição na ocupação: variação interanual (4º trim. 2024)
(Em %)

	PNAD Contínua		
	Assalariado (com carteira)	Assalariado (sem carteira)	Conta própria
Agropecuária	-5,0	-1,7	-2,0
Indústria extrativa	-1,1	26,2	40,4
Indústria de transformação	3,2	11,2	-2,2
Siup	4,3	0,6	-19,9
Construção civil	6,9	11,0	1,9
Comércio	3,6	4,4	1,0
Informática, finanças, serviços a empresas	4,0	2,5	4,6
Transporte	2,9	2,2	8,4
Serviços pessoais	1,1	2,0	1,5
Administração pública	3,9	6,5	-
Saúde e educação	1,9	6,8	6,0
Alojamento e alimentação	10,0	5,8	-2,4
Serviços domésticos	1,8	-2,9	-
Total	3,2	3,3	1,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Por fim, a tabela 6 e o gráfico 6 trazem informações sobre o percentual de formalização da população ocupada no Brasil, por setor de atividade econômica, para os três últimos períodos de comparação interanual. Pode-se perceber que, no total, a taxa de formalização no mercado de trabalho foi de 48,2% no quarto trimestre, com elevação de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período no ano anterior. Ainda assim, o indicador segue abaixo de 50%. Ou seja, mais da metade da população ocupada encontra-se sem registro formal de trabalho.

Entre os setores, aqueles com maiores índices de formalização da força de trabalho são os ligados à atividade industrial – indústria extrativa (83%), Siup (85,4%) e indústria de transformação (66,6%) –, bem como à administração pública (75,1%) e a saúde e educação (67%), ambos com mais de dois terços da força de trabalho ocupada devidamente registrada. No outro extremo, os setores de serviços pessoais (17,3%), agropecuária (20,1%), construção civil (24,4%) e serviços domésticos (24,3%) possuem os menores percentuais, todos com menos de um quarto da força de trabalho formalizada.

TABELA 6

População ocupada formalizada por setor de atividade: participação relativa no total (4º trim. 2022-4º trim. 2024)
(Em %)

	4º trim. 2022	4º trim. 2023	4º trim. 2024
Agropecuária	20,0	20,7	20,1
Indústria extrativa	85,9	87,4	83,0
Indústria de transformação	66,0	66,6	66,6
Siup	84,3	84,2	85,4
Construção civil	24,2	24,1	24,4
Comércio	47,9	48,9	49,2
Informática, finanças, serviços a empresas	60,7	60,2	60,4
Transporte	43,1	43,1	42,1
Serviços pessoais	16,3	17,5	17,3
Administração pública	74,9	75,6	75,1
Saúde e educação	69,3	68,1	67,0
Alojamento e alimentação	32,3	32,1	33,9
Serviços domésticos	25,4	23,4	24,3
Total	47,8	48,1	48,2

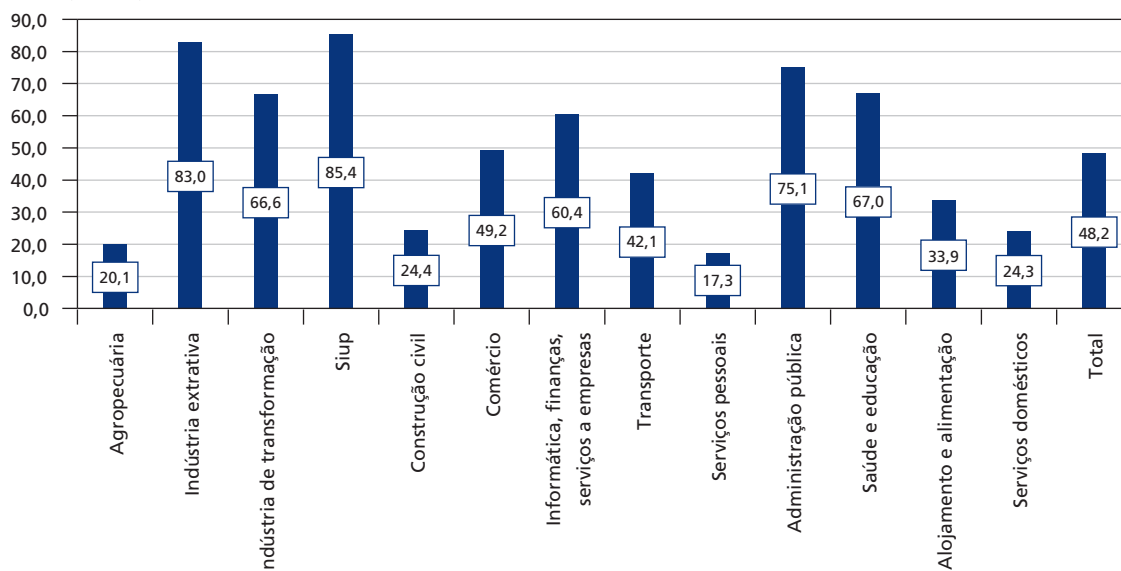
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 6

Participação relativa da ocupação formalizada por setor de atividade (4º trim. 2024)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Vale mencionar que o grau de formalização da ocupação é um indicador de grande relevância em função da conexão com a estrutura estatal de proteção social, especialmente os programas do sistema público de emprego e do sistema previdenciário, que compõem o modelo nacional de Estado de bem-estar social (Silva, 2020).

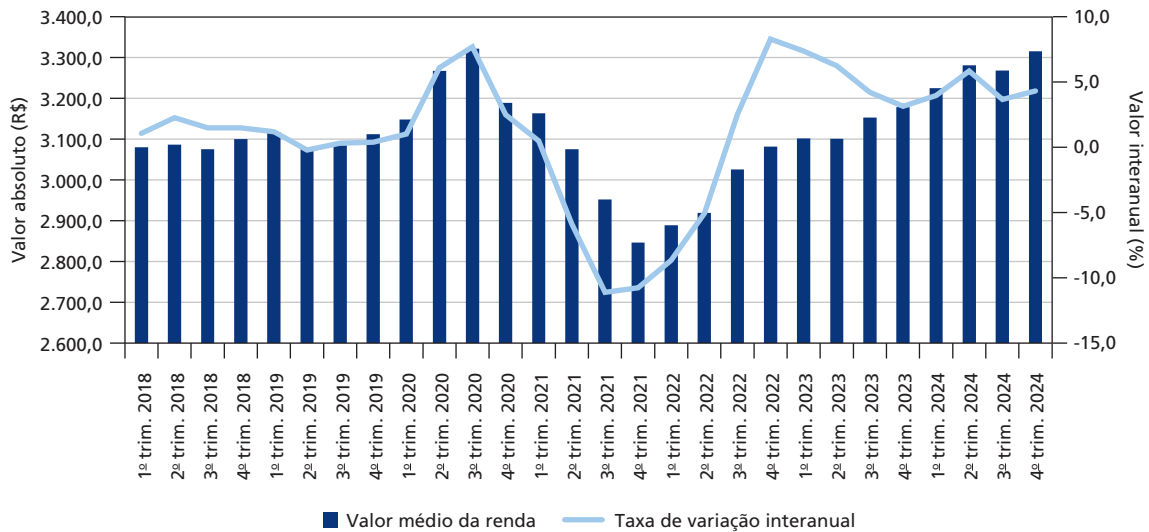
5 RENDA MÉDIA DO TRABALHO E MASSA DE RENDIMENTOS

O gráfico 7 apresenta as médias do rendimento mensal do trabalho no Brasil (em valores deflacionados para novembro de 2024), que permitem compreender melhor a trajetória recente de recuperação. Os dados do quarto trimestre de 2024 revelam continuidade na trajetória de crescimento que já vinha sendo observada ao longo dos anos de 2022 e 2023. O crescimento interanual da renda média mensal foi de 4,3%, com aceleração em relação ao trimestre anterior, que havia alcançado incremento de 3,7%. Em termos monetários, a renda média foi de R\$ 3.315 no quarto trimestre de 2024, 1,4% maior que a observada no trimestre anterior,¹⁰ e o maior valor para o quarto trimestre da série histórica.

10. Para estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva reais, ver Carvalho (2025).

GRÁFICO 7

Rendimento mensal médio do trabalho: valores absolutos e variação interanual (1º trim. 2018-4º trim. 2024)

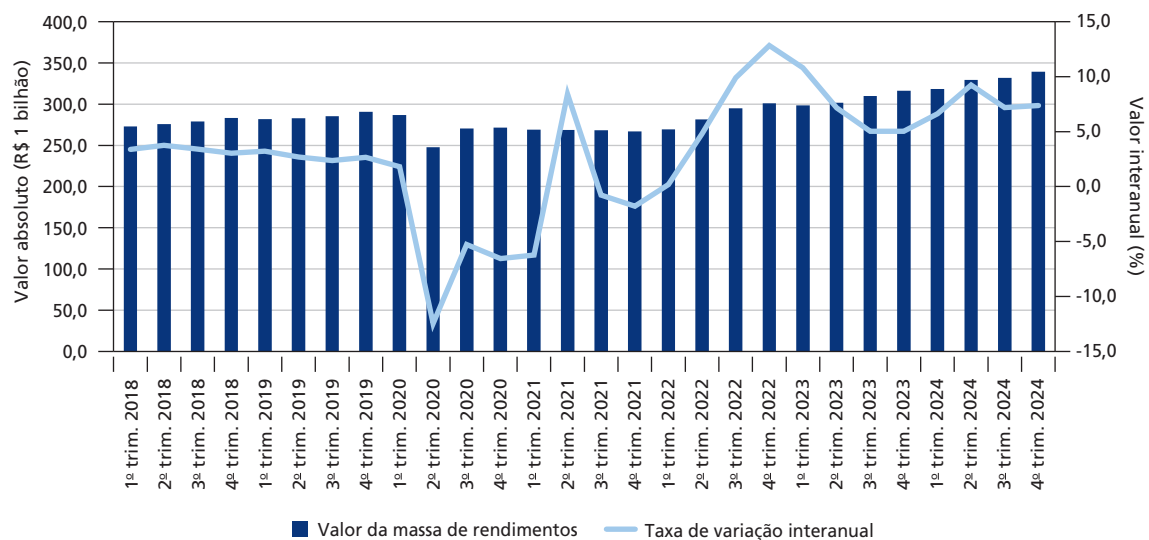


Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8

Massa de rendimentos real mensal e taxa de variação: valores absolutos e variação interanual (1º trim. 2018-4º trim. 2024)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

No que se refere à evolução da massa de rendimentos do trabalho no Brasil, os dados apresentados no gráfico 8 indicam que ela fechou em R\$ 339,5 bilhões no quarto trimestre de 2024. Na comparação interanual, o crescimento real foi significativo: 7,4%, ou, em termos absolutos, aproximadamente R\$ 23 bilhões a mais em circulação na economia em valores reais. Isso reforça a tendência de manutenção de uma trajetória de recuperação da renda nacional, com aceleração em relação ao trimestre anterior, cuja variação havia sido de 7,2%.¹¹

A tabela 7 traz uma análise da evolução do rendimento do trabalho por posição na ocupação. O grupo dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada apresenta o maior crescimento no rendimento entre os quartos trimestres de 2023 e 2024, registrando um acréscimo de 6,7% nesse período. Vale ressaltar que esse mesmo grupo de trabalhadores também registrou o maior crescimento anual do emprego nesse mesmo período (em torno de 3,3%).

No que diz respeito ao emprego assalariado com carteira assinada, houve um crescimento de 3,5% no rendimento do trabalho entre os quartos trimestres de 2023 e 2024. Esse menor crescimento do rendimento para o grupo de assalariados formais em relação aos informais espelha o que ocorreu para o crescimento do emprego nesse mesmo período. Esses resultados de variação de rendimento e emprego analisados conjuntamente sugerem ter havido um aumento na demanda por trabalho assalariado que foi mais direcionada ao emprego informal.

A tabela 7 ainda mostra que o grupo dos empregadores segue com o rendimento médio mensal bem superior ao dos demais, com R\$ 8.529 (crescimento interanual de 4,2%, segundo menor entre os grupos observados). Porém, conforme mostrado anteriormente (tabela 1), esse grupo é o menos numeroso, representando menos de 5% do total dos ocupados no país. Os trabalhadores por conta própria também tiveram crescimento interanual significativo da renda, a saber, 5,4%, fechando o trimestre com a média mensal de R\$ 2.745.

TABELA 7
Renda mensal média do trabalho por posição na ocupação: valores absolutos e taxa de variação interanual (4º trim. 2019-4º trim. 2024)

	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira)	Conta própria	Empregador	Média total
Valores absolutos (R\$)					
4º trim. 2019	3.529,5	1.699,8	2.351,2	8.324,3	3.111,8
4º trim. 2020	3.648,1	1.738,5	2.378,2	8.178,6	3.188,9
4º trim. 2021	3.255,9	1.616,4	2.294,7	7.032,3	2.846,1
4º trim. 2022	3.426,0	1.802,6	2.578,4	7.690,1	3.081,5
4º trim. 2023	3.520,6	1.945,9	2.605,3	8.183,6	3.177,8
4º trim. 2024	3.642,1	2.077,0	2.745,3	8.529,0	3.314,7

(Continua)

11. Para análise da variação trimestral por faixa de rendimento, ver Carvalho (2025).

(Continuação)

	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira)	Conta própria	Empregador	Média total
Taxa de variação interanual (%)					
4º trim. 2019	0,1	2,7	-1,3	6,3	0,4
4º trim. 2020	3,4	2,3	1,1	-1,8	2,5
4º trim. 2021	-10,7	-7,0	-3,5	-14,0	-10,8
4º trim. 2022	5,2	11,5	12,4	9,4	8,3
4º trim. 2023	2,8	8,0	1,0	6,4	3,1
4º trim. 2024	3,5	6,7	5,4	4,2	4,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

A tabela 8 complementa a análise salarial desagregada por diferentes recortes regionais e populacionais.

Em termos regionais, o Centro-Oeste registrou o maior rendimento médio no quarto trimestre de 2024, com R\$ 3.796, seguido pelo Sudeste, com R\$ 3.738. O Nordeste manteve-se com a menor média, de R\$ 2.284. O Nordeste, porém, apresentou a segunda maior taxa de crescimento interanual, 7,0%, superado apenas pelo Sul, com 7,5%.

Entre as regiões metropolitanas, a renda média ficou em R\$ 3.975, contra R\$ 2.808 das não metropolitanas. Essa diferença observada para o quarto trimestre de 2024 foi inferior em comparação ao mesmo período anterior, dado que a taxa de variação foi menor para as áreas metropolitanas, com 3,1%, contra 5,8% observada para as não metropolitanas.

No recorte por gênero, nota-se que, entre os homens, a média dos rendimentos ficou em R\$ 3.647, enquanto, entre as mulheres, o valor foi aproximadamente 30% menor, finalizando o período na marca de R\$ 2.873. A taxa de crescimento da renda dos homens nesse trimestre foi superior à das mulheres, com 4,6% contra 4,0%, indicando aumento na desigualdade de gênero dos rendimentos em relação ao mesmo período do ano anterior.

A desigualdade de rendimentos também é verificada no recorte racial. A renda média mensal de trabalhadores brancos ficou em R\$ 4.305, enquanto, entre os pretos, pardos e indígenas, o valor foi de R\$ 2.539. Ou seja, a renda média desse último grupo refere-se a menos de dois terços do rendimento médio dos brancos. No tocante à variação interanual nesse último trimestre, o grupo de trabalhadores não brancos apresentou uma taxa inferior ao observado para o grupo de brancos e amarelos (4,5% e 4,9%, respectivamente), representando um aumento da desigualdade no período.

Na abertura por idade, verifica-se escalonamento das médias, que vai desde R\$ 1.838 para o grupo de 18 a 24 anos até R\$ 3.747 para o grupo a partir de 60 anos. Quanto ao crescimento interanual, o menor valor foi registrado para o grupo dos mais velhos (a partir de 60 anos), que registrou 2,4%. Para os trabalhadores com mais de 40 a 59 anos, houve aumento de cerca de 5%, a maior taxa entre os grupos etários considerados.

A heterogeneidade do rendimento do trabalho entre grupos também ocorre no recorte por escolaridade, em que a menor média de renda foi registrada para os trabalhadores com até ensino fundamental incompleto (R\$ 1.758), enquanto a média para aqueles com ensino superior ficou em R\$ 5.903. Esses grupos tiveram taxas de crescimento de 4,6 e 3,3, respectivamente. O maior crescimento interanual (6,2%) foi observado entre os trabalhadores com fundamental completo.

TABELA 8

Renda real média desagregada: valor absoluto e taxa de variação interanual (4º trim. 2022-4º trim. 2024)

	Rendimento médio mensal (R\$)			Taxa de variação interanual (%)		
	4º trim. 2022	4º trim. 2023	4º trim. 2024	4º trim. 2022	4º trim. 2023	4º trim. 2024
Brasil	3.081	3.178	3.315	8,3	3,1	4,3
Centro-Oeste	3.629	3.696	3.796	12,3	1,8	2,7
Nordeste	2.052	2.135	2.284	5,8	4,1	7,0
Norte	2.433	2.532	2.557	12,0	4,1	1,0
Sudeste	3.491	3.608	3.738	8,0	3,4	3,6
Sul	3.403	3.445	3.704	8,4	1,2	7,5
Masculino	3.401	3.487	3.647	9,4	2,5	4,6
Feminino	2.651	2.763	2.873	6,7	4,2	4,0
Branços e amarelos	3.952	4.105	4.305	9,2	3,9	4,9
Pretos, pardos e indígenas	2.367	2.431	2.539	7,8	2,7	4,5
18 a 24 anos	1.735	1.786	1.838	8,9	3,0	2,9
25 a 39 anos	3.120	3.174	3.290	11,8	1,7	3,7
40 a 59 anos	3.457	3.601	3.780	5,4	4,2	5,0
Mais de 59 anos	3.620	3.660	3.747	6,5	1,1	2,4
Até fundamental incompleto	1.683	1.681	1.758	8,7	-0,1	4,6
Fundamental completo	1.993	1.969	2.091	6,1	-1,2	6,2
Médio incompleto	1.846	1.854	1.912	7,4	0,4	3,1
Médio completo	2.308	2.382	2.454	6,8	3,2	3,0
Superior ou mais	5.581	5.717	5.903	7,3	2,4	3,3
Região metropolitana	3.744	3.857	3.975	9,5	3,0	3,1
Região não metropolitana	2.574	2.654	2.808	7,2	3,1	5,8
Não chefe de família	2.726	2.827	2.966	10,6	3,7	4,9
Chefe de família	3.494	3.570	3.697	6,3	2,2	3,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Por fim, em termos de desigualdade de rendimentos, a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual, calculado com dados da PNAD Contínua, indica uma relativa estabilização a partir do terceiro trimestre de 2022, após oscilações em torno do período pandêmico. Os dados mais recentes indicam que, para o quarto trimestre

de 2024, o índice de Gini da renda domiciliar variou de 0,517 para 0,520, enquanto o da renda individual teve ligeiro aumento, de 0,490 para 0,492, na comparação com o trimestre anterior. Vale ressaltar ainda que ambos os índices podem ser considerados altos para os padrões internacionais, o que evidencia o cenário desigual na distribuição de renda do trabalho no Brasil (PNUD, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os principais indicadores da dinâmica recente do mercado de trabalho no Brasil, com base nos dados divulgados pelo IBGE, complementados pelos registros administrativos mensais de emprego do MTE.

Em resumo, a análise até o quarto trimestre de 2024 aponta uma trajetória bastante positiva no mercado de trabalho. A população ocupada chegou a 103,8 milhões, e a força de trabalho atingiu 110,6 milhões de pessoas. Esses números representam aumentos de 2,8% e 1,4%, respectivamente, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O emprego formal também teve um crescimento expressivo, com um aumento de 3,3% em relação ao quarto trimestre de 2023, conforme os dados da PNAD Contínua. O Novo Caged confirmou essa tendência, registrando a criação de 1,7 milhão de novas vagas com carteira assinada, um crescimento de 3,5% no mesmo período.

A taxa de desocupação caiu para 6,2%, o menor valor da série histórica. As quedas foram significativas em diversas categorias e, de forma geral, as reduções no desemprego ocorreram de forma a diminuir as desigualdades dentro de cada recorte. A taxa de desemprego de longo prazo também diminuiu (-2,2 p.p.) no último trimestre de 2024, e houve uma modesta redução no desalento (-0,3 p.p.).

Em termos setoriais, onze dos treze setores registraram expansão no emprego em comparação ao quarto trimestre de 2023. Os destaques foram os setores de construção civil (5,6%), transporte (5,2%) e administração pública (4,6%). As únicas exceções do crescimento do emprego foram os setores de agropecuária (-2,3%) e de serviços domésticos (-1,8%).

Outro resultado favorável foi observado na renda média do trabalho, que apresentou crescimento no quarto trimestre de 2024 em comparação ao mesmo período do ano anterior, com um aumento real de 4,3%, encerrando a série em R\$ 3.315. Todas as regiões e todos os segmentos populacionais analisados compartilharam dessa elevação, embora com variações significativas entre os diferentes setores e grupos. A massa salarial real também teve um crescimento expressivo de 7,4% em termos interanuais, atingindo R\$ 339,5 bilhões, um acréscimo de R\$ 23 bilhões em relação ao quarto trimestre de 2023.

Apesar desses avanços, alguns desafios persistem. O crescimento do emprego sem carteira assinada (3,3%), em níveis similares ao do emprego com carteira assinada (3,3%), acende um alerta. Entre os treze setores analisados, oito registraram aumento do emprego sem carteira em ritmo superior ao do com carteira no quarto trimestre de 2024, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em outros dois setores, o crescimento do emprego com carteira

supera o do sem carteira, mas fica aquém do crescimento registrado para os trabalhadores por conta própria. Ainda no recorte setorial da evolução do emprego, outro ponto de preocupação é o setor de agropecuária, que apresentou sua décima primeira redução consecutiva na população ocupada.

A estabilidade da taxa de subocupação e da taxa de participação nos últimos trimestres também são fontes de preocupação. Torna-se crucial compreender por que o número de inativos permanece elevado, totalizando 66,2 milhões de pessoas fora da força de trabalho. Dentre elas, 3,0 milhões desistiram de procurar emprego devido ao desalento – um grupo que deveria ser prioritário na reintegração ao mercado de trabalho. É necessário investigar mais a fundo os motivos por trás desse desalento, e investir em políticas eficazes para atrair essa parcela da população para oportunidades produtivas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, S. S. de. Retrato dos rendimentos do trabalho: resultados da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2024. **Carta de Conjuntura**, n. 66, nota 13, jan.-mar. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/03/250307_cc_66_nota_13.pdf.

FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R.; FOGUEL, M. N. Quem se afastou do mercado de trabalho no período recente? Uma decomposição da taxa de participação brasileira pós pandemia. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 79, 2025.

FOGUEL, M. N.; FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R. Evolução recente da taxa de participação brasileira. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, ano 30, n. 78, p. 63-78, out. 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/15975/7/BMT_78_NT_A3.pdf.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 78, out. 2024.

LAMEIRAS, M. A. P.; HECKSHER, M. Indicadores mensais do mercado de trabalho: dezembro de 2024. **Carta de Conjuntura**, n. 66, nota 9, jan.-mar. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/02/250217_cc_66_nota_9.pdf.

LAMEIRAS, M. A. P.; FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R. Desempenho recente do mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura**, n. 66, jan.-mar. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/03/250326_cc_66_nota_21.pdf.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2019**: além do rendimento, além das médias, além do presente – desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: PNUD, 2019. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019pt.pdf>.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, out. 2020. (Texto para Discussão, n. 2605). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10293/1/td_2605.pdf.

